



Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.
Companhia em fase pré-operacional

CNPJ/MF 21.957.870/0001-23

Inscrição Estadual 20.447.448-5

Subsidiária Integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Rodovia RN 120, KM 12, Fazenda Juremal I

São Bento do Norte - RN

CEP 59590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2016

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1 Contexto Operacional.....	8
4 Imobilizado.....	15
5 Transações com Partes Relacionadas	15
6 Fornecedores	16
7 Outras obrigações Fiscais	16
8 Patrimônio Líquido	16
9 Custos Operacionais	16
10 Despesas administrativas.....	16
11 Instrumentos Financeiros	17
12 Seguros	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	22

Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Companhia em fase pré-operacional



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A administração da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A., subsidiária integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., na condição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

Constituída em 11.02.2015 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, a EOL Guajiru, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é constituída de doze unidades geradoras de 1,8 MW, totalizando 21,6 MW de capacidade instalada e 8,3 MW médios de garantia física de energia. A companhia encontra-se em fase pré-operacional. Até o final do exercício de 2016 a evolução física da obra encontra-se em 42% do total do empreendimento.

Operação Comercial

Em 2014 a Companhia vendeu energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER ocorrido em 31.10.2014. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 8,3 MW médios pelo preço de R\$ 144,00/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R\$ 171,58 em 31.12.2016. A entrada em operação comercial da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. está prevista para 01.10.2017.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante	1	1
Passivo circulante	1.170	7
Custos e Despesas Operacionais	(23.078)	(30)
Resultado financeiro	(1)	-
Patrimônio líquido	39.856	538
Prejuízos do exercício	(23.079)	(30)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 12 de abril de 2017.

Cezar Monteiro Pirajá Junior

Diretor Presidente

Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Companhia em fase pré-operacional



COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente FABIO ANTONIO DALLAZEM
Membros RICARDO ROTHSTEIN
CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
DEONILSON ROLDO

DIRETORIA

Diretor Presidente/Técnico CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR
Diretor de Gestão FAISAL ALI KASSEM
Diretora Financeira ANA CLARA MORRISSY JOHNSON
Diretor Adjunto SÉRGIO LUIZ MALUCELLI

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais
 levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1
		1	1
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	4	41.025	544
TOTAL DO ATIVO		41.026	545

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	915	7
Fornecedores	6	99	-
Outras obrigações fiscais	7	156	-
		1.170	7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	568	568
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	62.397	-
Prejuízos acumulados		(23.109)	(30)
		39.856	538
TOTAL DO PASSIVO		41.026	545

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
Custos Operacionais	9	(22.417)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(22.417)	-
Despesas Operacionais			
Despesa administrativa	10	(661)	(30)
RESULTADO FINANCEIRO		(661)	(30)
Despesas financeiras		(1)	-
		(1)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(23.079)	(30)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(23.079)	(30)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(23.079)	(30)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

em milhares de reais

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	567	-	567
Aumento de capital	568	(567)	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	(30)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	568	-	(30)	538
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	62.397	-	62.397
Aumento de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(23.079)	(23.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	568	62.397	(23.109)	39.856

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(23.079)	(30)
Ajuste para reconciliação do Prejuízo do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais			
Provisão para redução ao valor recuperável	4.1	22.133	-
Aumento (redução) do passivo		1.163	-
Partes Relacionadas		908	-
Fornecedores		99	-
Outras obrigações fiscais		156	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		217	(30)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(62.614)	(544)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(62.614)	(544)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obrigações contraídas junto a partes relacionadas		-	7
Aumento de capital social		-	1
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		62.397	567
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		62.397	575
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	1
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa		1	-
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa		1	1
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. (Companhia) com sede em São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 11.02.2015, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Tem como objeto social a exploração de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica e a aquisição dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato, é constituída de 12 Unidades Geradoras de 1,8 MW, totalizando 21,6 MW de capacidade instalada e 8,3 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque Eólico. O sucesso das operações futuras depende de atingimento das projeções de resultado da Administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas para a conclusão de seu parque eólico.

A Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com as distribuidoras participantes do certame. Pelos referidos contratos, a Companhia se comprometeu a vender a totalidade de sua energia gerada pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação, prevista para 1º.10.2017, ao preço de R\$ 144,00/MWh, na data base de 31.10.2014, atualizados pela variação do IPCA para R\$ 171,58 em 31.12.2016.

A data de vencimento da autorização da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. é 04.01.2042.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017.

Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Companhia em fase pré-operacional



2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nos 3.3 e 4.1 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nos 3.4 e 8 - Provisões para litígios.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Apesar de apresentar em 31.12.2016 capital circulante líquido negativo de R\$ 1.169 em virtude de investimentos realizados, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Passivos Financeiros

3.1.1 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.2 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados às autorizações sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros à Companhia.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões sócio-ambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente.

3.5 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

3.5.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge e não há ativo financeiro registrado, a Administração concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico.

3.5.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional, a Administração avaliou os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras.

3.5.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.5.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.5.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação

Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.

O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salieta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.5.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos contratos com fornecedores de equipamentos, mensurados a valor justo. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos, a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.5.7 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Companhia em fase pré-operacional



A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

3.5.8 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

i) alterações à IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS;

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

4 Imobilizado

	31.12.2016	31.12.2015
Em curso		
Custo	63.158	544
Provisão para redução ao valor recuperável (NE nº 9)	(22.133)	-
	41.025	544

4.1 **Redução ao valor recuperável de ativos**

A Companhia reconheceu no exercício de 2016 perdas estimadas para redução ao valor recuperável de seu ativo no montante de R\$ 22.133 referente aos ativos de geração. O cálculo do valor em uso considerou: premissas e orçamentos da companhia e taxa de desconto antes dos impostos em moeda constante de 8,06%, que deriva da metodologia do WACC para o segmento de geração de energia elétrica, ajustada para a condição específica de tributação. Essa perda foi reconhecida, principalmente, em função de: (i) aumento da taxa de desconto; e (ii) aumento do investimento originalmente previsto.

Em 31.12.2016, os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços da usina em construção montavam em R\$ 141.733

5 Transações com Partes Relacionadas

A Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, no total de R\$ 915 em 2016 e de R\$ 7 em 2015.

A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.

Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Companhia em fase pré-operacional



6 Fornecedores

O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico.

7 Outros obrigações Fiscais

	31.12.2016	31.12.2015
Passivo Circulante		
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	2	-
INSS Retido na Fonte	86	-
ISS Retido na Fonte	68	-
	156	-

8 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R\$ 568 e é composto por 567.967 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Em 31.12.2016 existe saldo de R\$ 62.397 de Adiantamento para futuro aumento de capital pertencente integralmente à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., o qual há a intenção de capitalização para o período de 2017.

9 Custos Operacionais

	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para redução ao valor recuperável (NE nº 4)	22.133	-
Pessoal	211	-
Planos previdenciário e assistencial	45	-
Serviços de terceiros	20	-
Outros	8	-
	22.417	-

10 Despesas administrativas

	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal	347	-
Serviços de terceiros	158	-
Planos previdenciário e assistencial	60	-
Seguros	19	20
Compartilhamento de infraestrutura	56	7
Outros	21	3
	661	30

A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuará pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passará a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

11 Instrumentos Financeiros

11.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	1	1	1
Total dos ativos financeiros			1	1	1	1
Passivos Financeiros						
Outros passivos financeiros						
Fornecedores	6		99	99	-	-
Total dos passivos financeiros			99	99	-	-

O valor justo é equivalente ao seu respectivo valor contábil em razão de sua natureza e prazo de realização.

11.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia, por intermédio de sua Controladora, mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

A Companhia esta exposta principalmente ao risco de liquidez, esse risco é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

Em 31.12.2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.169

Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Companhia em fase pré-operacional



decorrentes principalmente da realização de investimentos de longo prazo. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, bem com a conclusão do processo de captação de recurso junto as instituições financeiras em 2017, conforme previsto no plano de negócio.

12 Seguros

a) Garantia de Fiel Cumprimento

A Companhia contratou apólice de seguro garantia de fiel cumprimento no valor de R\$ 4.191 com vencimento em 31.10.2018.

A apólice garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de abril de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de abril de 2017

/s/

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

/s/

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Companhia em fase pré-operacional



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Os membros do Conselho Fiscal da USINA DE ENERGIA EÓLICA GUAJIRU S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 12 de abril de 2017

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA

Presidente do Conselho

/s/

DEONILSON ROLDO

Conselheiro

/s/

HEITOR DANTAS FILHO

Conselheiro